



ALEXANDRE GARCIA

VOCÊ GOSTARIA DE SER ESCRAVO DE UMA IDEOLOGIA EM QUE O ESTADO DOMINE VOCÊ E SUA FAMÍLIA E TENHA FEITO VOCÊ ACREDITAR QUE "É PARA O SEU BEM"? POIS MUITA GENTE PREFERE CONTINUAR SENDO ENGANADA A RECONHECER QUE TEM SIDO ENGANADA

Avanço totalitário

Somos um estranho país ciclotímico. Em 2018, bradávamos por liberdade de expressão, alertávamos que havia perigo a rondar as liberdades básicas, que o autoritarismo punha em risco a democracia. No ano seguinte, no entanto, os que alertavam, calaram; pareciam surpresos porque não acontecera a guinada para o autoritarismo. E, no feio pecado da omissão, foram mantendo o silêncio diante de agressões às liberdades de opinião, de expressão, de locomoção, de culto; à inviolabilidade de mandato e de residência; ao direito de defesa; a censura prévia ganhou aplausos; sumiu a condenação aos corruptos; o basilar devido processo legal foi desprezado pelo tribunal supremo. E foram além da

omissão cúmplice, passando a aplausos sem pudor. Como explicar essa mudança de posição, que virou torcida pelo totalitarismo ao estilo soviético? Não parece ser um fenômeno masoquista.

Para acordar quem esquece quais são os fundamentos da democracia, é bom gritar que, em primeiro lugar, vem o direito de liberdade de expressão do pensamento; logo o princípio de que todo poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por seus representantes eleitos; o direito de locomoção, o que inclui o acesso ao trabalho, ao culto, às vias e aos logradouros públicos; o direito à vida, que abarca o direito à defesa; o direito de propriedade, escrito na mesma frase da Constituição que

garante o direito à vida; a inviolabilidade do lar; o direito de não ser preso arbitrariamente; o direito de defesa em processo público; o direito de fazer ou não fazer o que não for expressamente determinado ou proibido por lei; o direito de igualdade perante a lei, "sem distinção de qualquer natureza" (como manda a Constituição e é desobedecido por tantas leis).

Ações e decisões de qualquer dos três Poderes que não seguirem os fundamentos acima estarão condenando os brasileiros a não viver em regime democrático. Boa parte desses fundamentos tem origem no direito natural, que adquirimos ao nascer. Teólogos afirmam que Deus nos criou dotados

de livre arbítrio. Ou seja, esse ser perfeito é um democrata, pois nos deu plena liberdade. Logo, o modelo que vem de cima é o de democracia. Portanto, democracia é um modelo divino — que carrega a imperfeição humana. Para os que não acompanham esse raciocínio, sugiro outro, prático e direto: você gostaria de ser escravo de uma ideologia em que o Estado domine você e sua família e tenha feito você acreditar que "é para o seu bem"? Pois muita gente prefere continuar sendo enganada a reconhecer que tem sido enganada.

A democracia se equilibra nos pesos e contrapesos dos três Poderes. O Executivo, que foi eleito para governar; o Legislativo, que foi eleito

para fazer leis e fiscalizar os demais Poderes; e o Judiciário, que é escolhido pelos outros Poderes e serve para aplicar e interpretar as leis. O desequilíbrio dessa balança, hoje, é evidente, pois o topo do Judiciário está indo além de suas atribuições, agindo com poderes que o povo não lhe deu. Precisa resolver o que seu presidente, ministro Fux, denunciou no seu discurso de posse: o Supremo é usado por partidos políticos para resolver questões que deveriam ser tratadas na arena política do Legislativo. Isso só não é mais grave do que o silêncio dos que se omitem diante do avanço de ações totalitárias. Talvez porque elas coincidam com sua ideologia.

RELATÓRIO / Transparência Internacional aponta que o Brasil caiu duas posições no índice, ocupando a 96ª colocação

País piora em ranking de corrupção

» TAINÁ ANDRADE

O Brasil caiu duas posições no ranking mundial de percepção da corrupção. Saiu do 94º lugar, em 2020, para o 96º entre as 180 nações analisadas. Quanto melhor a colocação, menos o país é considerado corrupto. O relatório foi divulgado, ontem, pela Transparência Internacional, com base no Índice de Percepção da Corrupção (IPC). A média global foi de 43 pontos, porém o Brasil obteve 38, a mesma pontuação do ano anterior e o terceiro pior resultado nos últimos 10 anos.

Com o IPC 2021, a organização publicou o relatório Retrospectiva Brasil 2021, com análise dos acontecimentos que impactaram o sistema anticorrupção nacional no ano passado. Segundo a Transparência Internacional "retrocessos no arcabouço legal e institucional anticorrupção" tornaram "ainda mais preocupante" a situação do país.

A organização destacou "investidas antidemocráticas" do presidente Jair Bolsonaro e apontou "graves interferências" em instituições, como a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República (PGR). Além disso, foi ressaltada a "gravidade" do suposto orçamento secreto, esquema de compra de apoio político do governo Jair Bolsonaro.

A entidade também alertou que, apesar de a CPI da Covid ter documentado "extensamente" indícios de corrupção ligados à pandemia, há "grande risco" de que não ocorra a devida responsabilização, em razão da "impunidade sistêmica de réus de colarinho-branco no

Saiba mais

Melhores e piores

No IPC 2021, a Dinamarca, a Finlândia e a Nova Zelândia receberam as melhores notas, figurando no topo do índice. Já as piores pontuações foram atribuídas à Venezuela (14), à Somália e à Síria (13) e ao Sudão do Sul (11). Os 38 pontos alcançados pelo Brasil colocam o país abaixo da média global, de 43 pontos; da média do Brics (grupo de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), de 39; e da média regional para a América Latina e o Caribe, de 41; sem mencionar a média dos países do G20, de 54; e da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), de 44.

Brasil, agravada pelo processo de captura do Estado pelo atual governo". O documento citou, ainda, a anulação de sentenças no Judiciário, "provocando insegurança jurídica e percepção de impunidade em casos de grande corrupção com graves consequências sobre os direitos humanos".

"O Brasil está passando por uma rápida deterioração do ambiente democrático e desmanche sem precedentes de sua capacidade de enfrentamento da corrupção. São marcos legais e institucionais que o país levou décadas para construir", afirmou

Bruno Brandão, diretor-executivo da Transparência Internacional no Brasil. "Isso traz consequências ainda mais graves, por ocorrer em meio à pandemia da covid-19, quando a transparência e o controle dos recursos públicos deveriam ser priorizados para garantir seu bom uso frente à tragédia humanitária."

Eleições

Brandão também alertou para os riscos à lisura das eleições gerais deste ano. "A perspectiva é muito negativa, porque entramos em um processo de regressão da governança democrática no país. Isso é de difícil reversão, e o cenário eleitoral traz riscos mais acentuados", frisou. "O governo atual parece dar indicação de se utilizar das estruturas do Estado de maneira a favorecê-lo na disputa eleitoral, de modo que prejudique e persiga adversários. Isso entra em um patamar perigoso."

De acordo com ele, "o impacto desse estado de coisas e da corrupção que retoma espaços no cenário nacional é na população local, que é mais dependente do serviço público, das estruturas do Estado".

Outra perspectiva prejudicada é a economia na inserção internacional. "O índice de corrupção é um dos principais indicadores para o mercado. Isso significa para investidores falta de credibilidade: por exemplo, créditos não vão ser liberados se não forem pagas propinas. Existem ameaças judiciais, isso gera uma série de riscos comerciais, afeta fluxos de capital para o país, ou seja, de desenvolvimento." (Com Agência Estado)

Impacto nos direitos humanos

Na edição 2021 do Índice de Percepção da Corrupção (IPC), a Transparência Internacional destacou a ligação entre a corrupção e abusos de direitos humanos. "À medida que direitos e liberdades civis vão erodindo, a democracia entra em declínio e dá lugar ao autoritarismo — que possibilita níveis ainda maiores de corrupção".

Segundo a organização, dos 23 países cujo desempenho no Índice de Percepção da Corrupção "diminuiu significativamente" na última década, 19 também reduziram seus índices de preservação de liberdades civis.

"A incapacidade de produzir avanços no combate à corrupção coloca em risco a garantia dos direitos humanos no Brasil. A corrupção é indutora de violações e ativa um ciclo vicioso no qual os direitos e liberdades são erodidos, a democracia perde fôlego, e o autoritarismo ganha espaço", enfatizou Nicole Verillo, gerente de Apoio e Incidência Anticorrupção da organização. "Portanto, a luta contra a corrupção não é um mero detalhe quando se fala em direitos humanos. É

» Moro: Bolsonaro tirou Coaf da Justiça por "medo"

Pré-candidato à Presidência, Sergio Moro (Podemos) disse que o presidente Jair Bolsonaro (PL) transferiu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça por "medo" de que investigações que envolvem a sua família chegassem até ele. "O Coaf foi para o Ministério da Economia. Depois, teve uma decisão do Supremo (Tribunal Federal), que beneficiou o filho do presidente, parou uma investigação", disse o ex-juiz ao Flow Podcast, na segunda-feira. Ele se referiu ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), denunciado pela Procuradoria do Rio pela prática de rachadinha.

Pesquisas

Elaborado desde 1995, o IPC é composto por 13 pesquisas e avaliações de especialistas, produzidas por instituições reconhecidas internacionalmente. No caso do Brasil, o resultado teve como fonte oito dessas pesquisas.

uma luta imperativa para garantir direitos."

Segundo a entidade, 98% dos assassinatos de defensores de direitos humanos registrados em 2020 ocorreram em países com alta percepção de corrupção. O Brasil registrou 17 dessas mortes.

Contextualizando os dados, a Transparência Internacional

apontou a "deterioração do espaço cívico" no Brasil, citando como exemplos a montagem de dossiês contra opositores do governo, investigações baseadas na Lei de Segurança Nacional contra jornalistas e ataques coordenados de milícias digitais incitadas pelo presidente Jair Bolsonaro, fora episódios de violência física contra a imprensa.

Alan Santos/PR



O orçamento secreto para compra de apoio ao governo é citado na pesquisa, além da interferência de Bolsonaro na PF e na PGR

Fundação Escola Superior
do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

ESTÁ NA HORA DE FAZER UMA ESPECIALIZAÇÃO!



Somos uma Instituição de Ensino Superior voltada para o ensino jurídico de excelência, e estamos empenhados na aprovação de nossos alunos nos concursos jurídicos de alto desempenho. Por nossas salas de aula, passaram recém-formados que hoje se destacam nas áreas mais competitivas do Direito. O sucesso dos nossos alunos reflete a nossa missão: formar profissionais cidadãos e combativos na defesa da ordem jurídica.

O corpo docente da Instituição é formado por professores de renome e com destacada atuação profissional. Especialistas, mestres e doutores que contribuem com a pesquisa jurídica no âmbito nacional e internacional.

Especialização Ordem Jurídica e Ministério Público

O objetivo do curso é capacitar bacharéis em Direito que pretendem atuar no Ministério Público, Magistratura, Defensoria Pública, Advocacia Pública, dentre outras carreiras.

Mais do que um certificado de especialista, os alunos que concluem o Curso de Especialização Ordem Jurídica e Ministério Público têm a oportunidade de desenvolver um pensamento crítico na área jurídica para ser aplicado no contexto profissional e acadêmico.

Mais de 200 dos atuais membros do MPDFT, passaram pela nossa Escola!

Inscrições até 31/01/2022

Especialização em Direito Militar, Segurança e Ordem Pública

O curso tem por objetivo principal levar o conhecimento da legislação militar processual frente à qualificação do corpo técnico das forças de segurança, sejam elas na esfera civil ou militar, além de abrir oportunidades de especialização à sociedade civil.

Torne-se um especialista e preencha a lacuna em uma área ainda com poucos profissionais habilitados ao atendimento das demandas peculiares da legislação militar.

Inscrições até 04/02/2022



www.escolamp.org.br (61) 98337-2221 (61) 3226-4643